



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	5017/989/19
Poder	LEGISLATIVO
Município	Águas da Prata
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA
Período	06/2019
Relator	Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora	UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU
Responsável	JOSÉ SEBASTIÃO CHIODETO DA SILVA
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	079.471.208-89
Período de Gestão	01/01/2019 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

O município não entregou os balancetes Conjunto/Isolado essenciais para a análise do período.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

O município não entregou os balancetes Conjunto/Isolado essenciais para a análise do período.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 49.701,65
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0.00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 8.021,24
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 57.441,63
(=) Liquidez do Período	R\$ -15.761,22
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 546.000,00
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 530.238,78
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 0,00

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente equilíbrio, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 68,06%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 546.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 371.614,77
Despesa com folha/Transferências realizadas	68,06%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 18.726.985,95
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 18.726.985,95

Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 137.694,05
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,74%
Apuração do limite (com CIP)	0,74%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,74%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	8104
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 18.726.985,95
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 18.726.985,95
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 1.310.889,01
Total de Despesas do exercício	R\$ 561.761,22
Percentual Apurado (sem CIP)	3,00%
Percentual Apurado (com CIP)	3,00%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 3,00%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 31/07/2019

Hora da Geração: 21:43:45